

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2024, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### 1. Informações gerais.

### 2. Baixa de iniciativas legislativas - indicação da discussão

- [Projeto de Resolução n.º 275/XVI/1.ª \(IL\)](#) Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime Talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas “crime contra a humanidade”.
- [Projeto de Resolução n.º 286/XVI/1.ª \(BE\)](#) Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs.

[Projeto de Resolução n.º 295/XVI/1.ª \(CH\)](#) Recomenda ao Governo a criação de uma Rede de Postos de Atendimento nas cidades de maior densidade de emigração portuguesa.

[Projeto de Resolução n.º 296/XVI/1.ª \(PS\)](#) Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão.

[Projeto de Resolução n.º 297/XVI/2.ª \(CH\)](#) Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas

### 3. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 222/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo a reorganização da rede diplomática e consular, fazendo transitar os assuntos relativos à Letónia e à Lituânia, respetivamente, para a jurisdição das embaixadas de Helsínquia e Varsóvia.
- [Projeto de Resolução n.º 225/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a atribuição de um apoio extraordinário às associações da comunidade portuguesa nas áreas do Rio Grande do Sul, Brasil, gravemente atingidas pelas chuvas e desastres ambientais de abril passado.

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

- [Projeto de Resolução n.º 243/XVI/1.ª \(L\)](#) - Vozes femininas são silenciadas na luta pela liberdade no Irão.
  - [Projeto de Resolução n.º 247/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024.
  - [Projeto de Resolução n.º 252/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que realize um apelo junto do Governo do Reino da Dinamarca para a libertação imediata e não-extradução do ativista ambiental Paul Watson.
  - [Projeto de Resolução n.º 254/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ na Bulgária e que desenvolva esforços junto da Comissão Europeia e Conselho da Europa para salvaguarda dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+ e das suas famílias.
  - [Projeto de Resolução n.º 255/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da Lei sobre Propagação da Virtude e Prevenção do Vício e o Apartheid de Género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres.
  - [Projeto de Resolução n.º 257/XVI/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo português que apele à libertação de Boris Kagarlitsky e que manifeste a disponibilidade de Portugal para o acolher enquanto exilado político.
4. Apreciação e votação do texto consensualizado em Comissão relativo aos seguintes Projetos de Votos:
- [n.º 236/XVI/1.ª \(IL\)](#) De condenação ao regime de Nicolás Maduro, pelo bloqueio à entrada de várias delegações internacionais de escrutínio às eleições de 28 de julho
- [n.º 242 /XVI/1.ª \(PS\)](#) De preocupação pelos resultados eleitorais divulgados na Venezuela.
- [n.º 243 /XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) De condenação do regime na Venezuela, liderado por Nicolás Maduro, pelo bloqueio à entrada de várias delegações internacionais de escrutínio às eleições de 28 de julho.

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

[n.º 248 /XVI/1.ª \(CH\)](#) De condenação ao regime de Nicolás Maduro Moros por apelos à violência e tentativa de falseamento dos resultados da eleição presidencial de 28 de julho.

[n.º 291 /XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) De Condenação do regime da Venezuela, liderado por Nicolás Maduro, pela prisão de opositores políticos e repressão.

[n.º 293 /XVI/1.ª \(BE\)](#) De condenação pela atual situação política na Venezuela.

### 5. Apreciação e votação do texto consensualizado em Comissão, relativo aos seguintes Projetos de Votos:

[n.º 244 /XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) De pesar pelas vítimas do ataque ocorrido em Southport, no Reino Unido.

[n.º 247 /XVI/1.ª \(CH\)](#) De pesar pelas vítimas do massacre de Southport, Reino Unido, de que resultou a morte de uma criança portuguesa.

[n.º 249 /XVI/1.ª \(PS\)](#) De pesar pelo falecimento de Alice Aguiar, menina portuguesa assassinada no Reino Unido.

### 6. Apresentação, discussão e votação do Projeto de Voto [n.º 284 /XVI/1.ª \(CH\)](#) De condenação ao regime talibã pela perseguição imposta às mulheres do Afeganistão.

### 7. Apresentação, discussão e votação do Projeto de Voto [n.º 286 /XVI/1.ª \(L\)](#) De preocupação pela detenção do ativista ambiental Paul Watson

### 8. Apresentação, discussão e votação do Projeto de Voto [n.º 238/XVI/1 \(PSD\)](#) De pesar pelo falecimento do Comendador António dos Ramos

### 9. Apresentação, discussão e votação do Projeto de Voto [n.º 241/XVI/1 \(PS\)](#) De pesar pelo falecimento do Comendador António dos Ramos, Presidente da Casa de Portugal de São Paulo

### 10. Análise das propostas dos Grupos Parlamentares para o Plano de Atividades da Comissão referentes à 1.ª sessão da XVI Legislatura.

### 11. Apreciação e aprovação das atas:

- n.º 17/XVI/1.ª de 3 de setembro de 2024 (Mesa e Coordenadores);
- n.º 19/XVI/2.ª, de 17 de setembro de 2024 (Mesa e Coordenadores);

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

- n.º 20/XVI/2.ª, de 19 de setembro de 2024

### 12. Outros Assuntos

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, e estando confirmada a existência de quórum deliberativo, o Presidente da Mesa saudou todos os presentes, tendo seguidamente dado conhecimento, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, que a Associação dos Espoliados de Angola e Moçambique havia contactado a Comissão, solicitando audiência. Consultados todos os presentes, deliberou a Comissão, por unanimidade, agendar para o efeito uma reunião no formato Mesa e Coordenadores.

No **Ponto 2.**, foram relatadas as baixas de iniciativas à Comissão, tendo os seus autores indicado em que sede pretendiam efetuar a respetiva discussão. Assim, serão discutidos em Comissão todos os Projetos de Resolução à margem identificados, tendo o Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) solicitado confirmação posterior acerca do Projeto de Resolução n.º 295/XVI/1.ª, por não ter a certeza de o mesmo ter já sido apresentado e discutido.

Ainda neste âmbito, o Presidente da Mesa sugeriu que preliminarmente, pudessem PS e IL analisar a possibilidade de fundir as iniciativas referentes ao Afeganistão.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Rodrigo Saraiva (IL) para anuir ao sugerido, sublinhando, porém, a dificuldade que antevia, pois existe uma diferença entre queixa e denúncia, sendo que apenas a primeira figura é suscetível de provocar a intervenção autónoma do Tribunal Penal Internacional.

Paulo Pisco (PS) para concordar com o sugerido, ficando incumbido do procedimento.

### ATA NÚMERO 21/XVII/ 1.ª SL

Relativamente às iniciativas de L e PAN, acerca da situação de Paul Watson, interveio o Presidente da Mesa no sentido de sugerir a adoção de idêntico procedimento de avaliação da possibilidade de consensualizar posições, evitando a existência de duas iniciativas de teor e sentidos idênticos.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) para apresentação da sua iniciativa, a qual radica, segundo indicou, em encontros e contactos com cidadãos portugueses residentes nos dois países que se queixaram das dificuldades existentes nos países em apreço.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS) para referir que a Assembleia da República não se deve imiscuir em matéria do poder executivo. Como tal, declarou não acompanhar esta iniciativa.

Paulo Neves (PSD) para declarar não acompanhar a presente iniciativa, se bem que discordando da posição do PS, pois estamos perante uma mera recomendação ao Governo.

José Luis Carneiro (PS) que lembrou que a última revisão da rede e jurisdições consular remonta a 2019, sendo, por natureza, atos bilaterais entre Portugal e cada um dos restantes países com os quais são mantidas relações diplomáticas. Portanto, é uma decisão sempre dependente da disponibilidade de terceiros e não apenas do Governo português.

Ricardo Dias Pinto (CH) para lembrar que se está perante uma simples recomendação ao Governo.

No âmbito da discussão do PJR n.º 225/XVII/1.ª, foi concedida a palavra ao Deputado Flávio Martins (PSD) para apresentação da sua iniciativa. De seguida, intervieram os Deputados:

Ricardo Dias Pinto (CH) que declarou acompanhar a iniciativa.

José Luis Carneiro (PS) para concordar com a iniciativa, frisando, porém, a necessidade de a mesma ser conciliada com o âmbito de aplicação do Apoio Social a Imigrantes Carenciados e do Apoio Social a Emigrantes Carenciados, financiados pela Segurança Social e pelos jogos da Santa Casa da Misericórdia, cuja finalidade visa responder,



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **ATA NÚMERO 21/XVII/ 1.ª SL**

precisamente, a situações de catástrofe, para cujo efeito cada cidadão deve recorrer aos serviços consulares respetivos. Concluiu, referindo que a medida sob discussão deve obrigatoriamente ser triada com os apoios acima mencionados, prevenindo eventuais duplicações nas ajudas concedidas.

A palavra retornou ao autor, que agradeceu os contributos e lembrou existirem na região geográfica em causa quatro associações credenciadas, o que facilitará a implementação desta medida.

Relativamente ao PJR n.º 243/XVI/1.ª (L), o Deputado Rui Tavares aceitou negociar a produção de um texto comum com iniciativa formalmente idêntica apresentada pelo CH (no caso, o PJR n.º 297/XVI/1.ª), situação confirmada pelo Deputado Pacheco de Amorim (CH). Por conseguinte, foi adiada a apresentação e discussão da mesma.

No que concerne ao PJR n.º 247/XVI/1.ª (IL), foi concedida a palavra ao Deputado Rodrigo Saraiva que chamou a atenção para o facto de na Conferência de Líderes que ainda decorre, ter sido agendada a discussão e votação desta iniciativa em Plenário, já na próxima sexta-feira. Referiu ainda que a matéria da situação política na Venezuela tem sido objeto de abundante discussão nesta Comissão e sob diferentes pontos de vista, pelo que maias nada teria a referir acerca do tema.

Não se tendo registado quaisquer intervenções, o Presidente da Mesa deu a discussão por encerrada.

Relativamente ao PJR n.º 252/XVI/1.ª, do PAN, interveio preliminarmente o Presidente da Mesa, fazendo notar que, sobre a mesma matéria, existe um Projeto de Voto do L (n.º 286/XVI/1.ª), o qual, a ser aprovado, se sobreporia temporalmente à iniciativa do PAN, a qual, se bem que formalmente diferente, ficaria de algum modo coartada em termos de objetivo e oportunidade.

Já no uso da palavra para apresentação da sua iniciativa, a Deputada Inês de Sousa Real salientou o interesse em reunir o máximo de consensos relativamente a esta matéria, pois o julgamento de Paul Watson iria ter lugar a 2 de outubro próximo, sendo

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

que uma recomendação ao Governo aprovada em Plenário, além de urgente, teria sempre um impacto institucional diferente junto do Governo, a quem compete intervir junto dos competentes canais diplomáticos.

Intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS) para realçar que em qualquer das iniciativas referentes ao caso Paul Watson o PS não possui qualquer objeção substantiva ao sentido das iniciativas em causa, pese embora a pesca à baleia tenha já sido abolida em Portugal há bastantes anos. Porem, referiu, há que obter algum cuidado com iniciativas discutidas em Comissão, propondo recomendações a outros Estados Membros da União Europeia, designadamente quando estão em causa a soberania e o funcionamento das instituições desses mesmos países. Por outro lado, lembrou que uma iniciativa de teor similar havia sido discutida e rejeitada na Comissão de Ambiente.

Interveio o Presidente da Mesa para lembrar que o texto do PAN mais não faz do que um apelo para que o Governo do Reino da Dinamarca liberte e não extradite o senhor Paulo Watson, termos que dificilmente poderiam ser considerados como uma tentativa de intromissão demasiado ofensiva no reduto da soberania dinamarquesa. Por outro lado, referiu, o que nesta Comissão está verdadeiramente em discussão não é o facto de o senhor Watson ser ativista ambiental e combater a pesca à baleia, pois nesse caso seria competente a Comissão de Ambiente, mas sim a circunstância de poder existir uma privação de direitos e a prisão de uma pessoa, por razões que nós possamos considerar carecidas de cabal justificação, por parte de um Estado soberano.

Interveio o Deputado Rui Tavares (L) para assinalar que o L optou por apresentar a sua iniciativa apenas nesta Comissão. E para concordar com o ponto de vista do PAN, privilegiando a oportunidade de votação desta iniciativa na próxima sexta-feira, ainda antes da data do mencionado julgamento. Nesta medida, estaria disposto a retirar o PJV n.º 286/XVI/1.ª.

A finalizar, o Presidente da Mesa agradeceu o esforço de consensualização de posições e incumbiu os Serviços de garantir prioridade no tratamento desta questão, de forma que esta iniciativa do PAN fosse agendada para votação em Plenário, na sessão da próxima sexta-feira.

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

De seguida e no âmbito do PJR n.º 254/XVI/1.ª, foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) para apresentação da sua iniciativa, tendo na ocasião realçado a relevância da matéria em sede de direitos humanos e das minorias, num país que é membro da União Europeia. Relembrou que a Federação Russa foi o primeiro país na Europa a adotar este tipo de leis, mais tarde seguido pela Lituânia em 2014, o que conduziu, no caso lituano, a um processo de diálogo com a Comissão Europeia e um voto aprovado no Parlamento Europeu que conduziu à emenda da lei lituana de forma a clarificá-la e a ser aprovada sem as objeções que antes se lhe punham.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Pacheco de Amorim (CH) para manifestar frontal discordância com a imposição a crianças de doutrinas de género por parte dos Estados.

Paulo Neves (PSD) para sublinhar que o PSD, sendo sempre pelas liberdades individuais e concordando com a substância que subjaz à iniciativa em apreço, não pode, porém, concordar com a condenação do produto legislativo de Parlamentos de Estados terceiros.

João Paulo Rebelo (PS) para concordar com a posição manifestada pelo PSD e acompanhar as preocupações do L.

Rodrigo Saraiva (IL) para sinalizar que com esta legislação, a Bulgária viola normas constantes de Tratados internacionais de que é parte signatária, motivo bastante para acompanhar a iniciativa do L.

Finalmente, devolvida a palavra ao Deputado Rui Tavares, foi por este referido que leis como a que agora se discute não visam doutrinar crianças, lembrando, por exemplo, que esta legislação também proíbe a exibição de cartazes de films sobre a homossexualidade (como no caso do “Brokeback Mountain”), não conseguindo entender as razões das objeções levantadas por PS e PSD.

O Presidente da Mesa agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a discussão deste Ponto.

No **Ponto 4.**, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do projeto de texto da Comissão, consensualizado com base nas seis iniciativas à margem referenciadas, texto esse

## ATA NÚMERO 21/XVI/ 1.ª SL

preparado pelos serviços em coordenação com os diferentes Grupos Parlamentares subscritores.

Não tendo o texto merecido qualquer tipo de reparo, foi submetido a votação e aprovado, com votos favoráveis de PSD, PS, CH e IL, estando ausentes L, BE, PCP e CDS.

Transitados para o **Ponto 5.**, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do projeto de texto da Comissão, consensualizado com base nas três iniciativas à margem referenciadas, cuja elaboração foi coordenada pelo Grupo Parlamentar do PS, em conjugação com os restantes Grupos Parlamentares subscritores.

Não tendo o texto merecido qualquer tipo de reparo, foi submetido a votação e aprovado, com votos favoráveis de PSD, PS, CH e IL, estando ausentes L, BE, PCP e CDS.

No **Ponto 6.**, o PS solicitou o adiamento da discussão da iniciativa, de modo a possibilitar a sua conjugação com o PJR n.º 296/XVI/1.ª que versa sobre a mesma matéria. Obtida a concordância do CH, a matéria ficou adiada.

A matéria vertida no **Ponto 7.**, foi considerada consumida pela discussão descrita em 3. supra, na parte referente ao PJR n.º 252/XVI/1.ª, do PAN.

Nos **Pontos 8 e 9.**, versando sobre a mesma matéria, sugeriu o Presidente da Mesa que PSD e PS chegassem a um texto consensualizado que fosse posteriormente perfilhado pela própria Comissão. Intervieram os Deputados Paulo Neves (PSD) e Paulo Pisco (PS) que concordaram com o procedimento. Por conseguinte vai ser apresentado na próxima reunião um texto consensualizado.

A matéria constante do Ponto 10. ficou adiada.

No **Ponto 11.**, foram lidas as atas à margem referenciadas, as quais não mereceram quaisquer reparos. Assim, uma vez submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes, com ausência do PCP.

## ATA NÚMERO 21/XVII/ 1.ª SL

Finalmente, no **Ponto 12.**, foi concedida a palavra ao Deputado João Paulo Rebelo (PS) que, tendo tomado conhecimento da baixa à 12.ª Comissão de diversos Projetos de Voto relacionados com o ataque a um automóvel com jornalistas da RTP em Gaza, perguntou se tais iniciativas, atenta a sua substância, não deveriam ser redistribuídas à 2.ª Comissão.

Respondeu o Presidente da Mesa que os Serviços da Comissão já tinham detetado o problema e estabelecido os convenientes contactos em vista da sua redistribuição à 2.ª Comissão, por ser a competente em razão da matéria.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas, dela existindo [registo áudio](#), tendo sido lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2024.

**O PRESIDENTE**



**(SÉRGIO SOUSA PINTO)**



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## **ATA NÚMERO 21/XVII/ 1.ª SL**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)  
Flávio Martins (PSD)  
Paulo Edson Cunha (PSD)  
Paulo Neves (PSD)  
Regina Bastos (PSD)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Paulo Pisco (PS)  
Sérgio Sousa Pinto (PS)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)  
Ricardo Dias Pinto (CH)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Rui Tavares (L)  
André Rijo (PS)  
José Luís Carneiro (PS)  
Pedro Correia (CH)  
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Fernando Medina (PS)  
José Dias Fernandes (CH)  
Manuel Magno (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Dinis Faísca (PSD)  
Edite Estrela (PS)  
Gilberto Anjos (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Marisa Matias (BE)



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO 21/XVII/ 1.ª SL**

Paula Santos (PCP)

Paulo Nuncio (CDS-PP)